

**Partido Político
ou bode expiatório**

um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional

ARENA

[1965-1979]

LUCIA GRINBERG

Copyright © by Lucia Grinberg, 2009

Direitos desta edição reservados à
MAUAD Editora Ltda.
Rua Joaquim Silva, 98, 5º andar
Lapa — Rio de Janeiro — RJ — CEP: 20241-110
Tel.: (21) 3479.7422 — Fax: (21) 3479.7400
www.mauad.com.br

Apoio
Faperj – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa
do Estado do Rio de Janeiro
Av. Erasmo Braga, 118, 6º andar – Centro
CEP: 20020-000 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3231.2929 – Fax: (21) 2533.4453
www.faperj.br

Projeto Gráfico:
Núcleo de Arte/Mauad Editora

Revisão:
Bárbara Mauad

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

G876p

Grinberg, Lucia, 1971-

Partido político ou bode expiatório : um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979 / Lucia Grinberg. - Rio de Janeiro : Mauad X, 2009.

il.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7478-302-4

1. Aliança Renovadora Nacional (Brasil) - História. 2. Aliança Renovadora Nacional (Brasil) - Obras ilustradas. 3. Partidos políticos - Brasil - História. 4. Brasil - Política e governo - 1964-1985. I. Título.

09-3246.

CDD: 324.2981

CDU: 329(81)

SUMÁRIO

Agradecimentos	9
Prefácio – <i>Ângela de Castro Gomes</i>	11
Apresentação	17
Capítulo 1 –	
Uma memória política sobre a Arena	23
1. Uma memória para a Arena nos anos 1990	25
2. A historiografia sobre a Arena	28
3. Partido político ou bode expiatório?	37
Capítulo 2 –	
O tempo da conspiração e das dúvidas (1964 – 1966)	49
1. A oposição ao governo de João Goulart	50
2. As cassações de 1964	51
3. A prorrogação do mandato de Castelo Branco	56
4. A reforma partidária	57
5. A invenção do sistema bipartidário	62
6. A criação da Arena	67
7. O Arquivo do Diretório Nacional da Arena	87
Capítulo 3 –	
O tempo da incerteza e das cisões (1966 – 1968)	93
1. A fundação da Arena	94
2. As cassações de 1966	99
3. A elaboração da Constituição de 1967	102
4. A cassação da autonomia de municípios: Arena e governo em discussão	115
5. A renúncia de Daniel Krieger: Arena e governo em transação	118
6. O caso Márcio Moreira Alves e o AI-5: Arena e governo em colisão	123
Capítulo 4 –	
O tempo do silêncio e da reorganização (1969 – 1973)	131
1. As alternativas para a Arena	132
2. A reorganização da Arena	138
3. A reabertura do Congresso Nacional	145
4. Os dois “f” da Arena: filiação e fidelidade partidária	149
5. A “política dos governadores”: eleições indiretas e direção dos diretórios regionais	156
6. A direção da Arena	167
7. Os juristas, o projeto do “terceiro partido” e os “encapuçados”	175
8. Ainda a imunidade parlamentar	181

Capítulo 5 –	
O tempo da abertura política (1974 – 1979)	185
1. Os significados de 1974	187
2. Geisel, os políticos e a Arena	192
3. O recesso do Congresso e as reformas políticas	202
4. A anistia e a reforma partidária	215
5. O “partido do sim, senhor”	223
Capítulo 6 –	
Uma história da Arena em imagens	233
1. Imprensa, memória e humor político	233
2. Jornais e chargistas	241
3. A trajetória da Arena em charges	247
4. A personificação da Arena e suas relações com o governo	259
5. As ameaças à representação política	272
Considerações finais: Partido político e bode expiatório	283
Referências bibliográficas	287

Tabelas

1. Os resultados eleitorais das eleições proporcionais para a Câmara dos Deputados (1966 – 1978)	29
2. A formação da Arena e do MDB a partir da filiação dos representantes dos partidos extintos na Câmara dos Deputados (1966)	69
3. As origens partidárias dos membros do Diretório Nacional da Arena, 1966	75

Quadros

1. Trajetória política dos membros do Diretório Nacional da Arena, 1966	71
2. Trajetória política dos candidatos da Arena ao Senado Federal nas eleições de 1966	77
3. Deputados da Arena cassados em 1969	141
4. Comissão Executiva Nacional da Arena, 1969	143
5. Diretório Nacional da Arena, 1969	143
6. Coletâneas de charges editadas nos anos 1980	238
7. Publicação de charges político-partidárias na grande imprensa (1965 – 1979)	247

Siglas

Arena	Aliança Renovadora Nacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MTR	Movimento Trabalhista Renovador
PDC	Partido Democrata Cristão
PDR	Partido Democrático Republicano
PDS	Partido Democrático Social
PL	Partido Libertador
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PR	Partido Republicano
PRP	Partido de Representação Popular
PRT	Partido Rural Trabalhista
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PST	Partido Social Trabalhista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
UDN	União Democrática Nacional

AGRADECIMENTOS

A ideia de estudar a Arena foi lançada pela professora Ângela de Castro Gomes, durante o curso *Partidos, eleições e representação política* no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), oferecido com o professor Daniel Aarão Reis Filho. Na ocasião, Ângela apontou para o contraste entre a vasta produção sobre partidos de esquerda e a escassez de estudos sobre partidos de direita, contou especialmente o caso da Arena, cujo último presidente havia doado o acervo documental do Diretório Nacional para o Cpdoc/FGV, em 1980. Ao longo desses anos, Ângela me incentivou sempre, sendo um privilégio poder contar com uma leitora atenta e paciente para as primeiras versões deste trabalho. Daniel Aarão Reis Filho acompanhou desde o início esta pesquisa, foi um dos seus incentivadores quando a maior parte das pessoas achava o tema esdrúxulo e, em diversas oportunidades, me fez sugestões e observações que procurei incorporar ao trabalho.

Ainda nos tempos do Mestrado, Antonio Luigi Negro, Francisco Carlos Palomanes Martinho e Paulo Fontes não resistiram e foram implacáveis em sucessivas piadas sobre o tema. Elas são parte da tese. Os encontros promovidos pelo Grupo de Estudos sobre o Regime Militar, no Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC/UFF) foram bastante proveitosos para a elaboração do trabalho, contando com a presença de Alessandra Ciambarella, Beatriz Kushnir, Denise Rollemberg, Samantha Viz Quadrat, entre outros. A convivência com Ana Mauad e Paulo Knauss me fez olhar com atenção as imagens que encontrava durante a pesquisa.

Pesquisei durante muito tempo em quatro instituições, nas quais sempre fui bem atendida: no arquivo do Cpdoc/FGV, na seção de periódicos da Biblioteca Nacional, na Biblioteca da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) e na Biblioteca do Ministério da Fazenda (Rio de Janeiro).

Muitas pessoas me deram tranquilidade para conseguir terminar o trabalho: Lia Nazareth e Alfredo Pasin foram fundamentais. Os filhos nos levam a muitos lugares e nos fazem criar novos laços; na Ueriri, eu e Bárbara fizemos amigos maravilhosos, que acompanharam nossa rotina e tornaram nossos fins de tarde muito mais divertidos: Ana Luiza, Liene e Robert; João, André e Renata; Petrus e Adriana; Lara e Victor. Alguns

amigos, com o tempo e as coincidências, tornam-se parte da família, como Keila Grinberg. Outros amigos, uns mais perto, outros longe, vão estar sempre aqui: Alexandre Pereira, Anita Correia Lima de Almeida, Andréa Lemos, José Antônio Ribas Soares, Liliane Henriques, Luena Pereira e Mariana Muaze são especiais. Bárbara, vendo-me com o lápis na mão, perguntava se eu estava desenhando a minha tese. Meu pai, Frederico, não imaginava o fim que iam levar seus livros de humor. Minha avó Anita me sugeria ir à praia. Durante o Doutorado, contei com o financiamento da Capes por três anos.

Em março de 2004, defendi a tese no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Gostaria, portanto, de agradecer a leitura e as observações elaboradas na ocasião pela banca examinadora: Prof. Dra. Alzira Alves de Abreu (Cpdoc/FGV), Prof. Dr. Daniel Aarão Reis Filho (UFF), Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira Da Silva (UFRJ) e Prof. Dr. Leôncio Martins Rodrigues (Unicamp).

Afinal, para a publicação deste livro, contei com a colaboração de artistas e de suas famílias que autorizaram a reprodução de charges representando a Arena e o MDB, elaboradas entre 1965 e 1979 – Ana Maria Silvério Fortuna, Cláudio Weber Abramo, Paola Biganti e Ziraldo Alves Pinto: muito obrigada.

PREFÁCIO

Trabalhando no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, o Cpdoc, da Fundação Getulio Vargas, praticamente desde sua criação nos anos 1970, já havia assistido muitas vezes ao processo que envolvia a doação de um arquivo privado, fosse ele pessoal ou institucional. O Cpdoc, não muito grande e buscando se legitimar como núcleo de pesquisa e de organização desse novo tipo de documentação histórica, agitava-se todo a cada conquista, pois se tratava, de fato, de um trabalho de sedução de potenciais doadores, ainda desconfiados e desinformados sobre a natureza do tratamento dado pelo Cpdoc aos documentos doados: receber papéis privados, organizá-los, liberá-los gratuitamente à consulta do público e, por fim, desenvolver projetos que lhes dessem visibilidade.

Mas entre a doação e a abertura do arquivo muita água rolava debaixo da ponte. Havia o momento da chegada física dos papéis, quando carrinhos e mais carrinhos deslizavam sob nossos olhos e, depois de sua higienização, ocorria todo um longo e minucioso trabalho de arranjo dos documentos. Nós, pesquisadores do Cpdoc, aguardávamos ansiosos o fim da empreitada, para que nosso esforço tivesse retorno, isto é, para que os consulentes interessados pudessem acessar as novas fontes. Era e é esse o desfecho que dá sentido ao trabalho em arquivos. Mas não foi exatamente o que ocorreu em um caso específico.

Em 1980, foi doado ao Cpdoc por seu último presidente, José Sarney, o arquivo privado do Diretório Nacional da Aliança Renovadora Nacional, Arena, partido político que existiu no Brasil no período que vai de 1965 a 1979. Um dos polos do sistema bipartidário imposto ao país, em 1965, pelo regime implantado pela chamada Revolução de 1964 (o outro era o Movimento Democrático Brasileiro, MDB), a Arena fora uma peça fundamental para o funcionamento desse regime que, a partir de 1968, assumiu a face de uma violenta ditadura. A documentação era abundante, compondo-se de atas de reunião, correspondência ativa e passiva, publicações, etc. Para uma historiadora da política brasileira, não havia dúvidas quanto ao valor documental daquele rico acervo para a melhor compreensão de um período recente e sensível de nossa história, valendo lembrar que, em 1979, ocorrera a anistia, que ora completa 30 anos. Para mim, àque-

le tempo, choveriam pesquisadores quando o arquivo fosse aberto. Mas não foi o que ocorreu, contrariando minhas expectativas e evidenciando minha pouca sofisticação na análise dos interesses reinantes no campo da História e das Ciências Sociais.

Passei então a pensar melhor nas razões desse “desinteresse” e, paralelamente, a desenvolver uma espécie de campanha para atrair um aluno ao estudo da Arena, com o argumento de que havia todo um arquivo arrumadinho no Cpdoc e ainda não consultado por ninguém, além de inúmeras outras fontes capazes de sustentar um estudo desse partido político. Tudo, em princípio, que um historiador adora! Isso ocorria porque eu era, ao mesmo tempo, professora do Programa de Pós-graduação de História da Universidade Federal Fluminense. Foi difícil cativar alguém, o que só veio a ocorrer quando ministrei, junto com meu colega e amigo Daniel Aarão Reis, um curso sobre partidos, eleições e representação política no Brasil, que tinha como um de seus objetivos, sensibilizar estudantes de História para estudo de temas que eram, basicamente, vistos como monopólio das Ciências Sociais, em especial, no caso, da Ciência Política. No dia em que Lucia me procurou, confesso, quase não acreditei: não só uma excelente aluna queria trabalhar com partidos políticos como atores históricos em sua tese de Doutorado, como se dispunha a enfrentar o desafio de escolher a Arena.

A essa altura, eu já tinha boas hipóteses sobre as razões que explicavam o tal “desinteresse” pelo estudo de partidos, bem como pelo desinteresse em trabalhar com a Arena. A montagem do curso tinha a ver com tais reflexões, evidentemente. Para o campo historiográfico, os partidos, embora sendo organizações fundamentais ao funcionamento de um sistema político democrático, não se constituíam (e ainda não se constituem) em objetos de pesquisa privilegiados. Isso tem a ver com uma espécie de divisão de trabalho, segundo a qual, por serem mais recentes – os partidos políticos modernos, no Brasil, datam do pós-1945 – e por exigirem o controle de uma literatura de teoria política, os partidos são estudados por cientistas sociais. Um rápido olhar na bibliografia deste livro evidencia o fato, o que, a meu ver, não se alterou substancialmente ainda, a despeito de ter crescido a prática da interdisciplinaridade nos programas de pós-graduação, que, por sua vez, aumentaram de quantidade incrivelmente. Havia, na época, algumas pesquisas, praticamente clássicas sobre os partidos do sistema partidário da República de 1945-64 (PSD, UDN, PTB e PSP, por exemplo), desenvolvidas como teses por cientistas políticos;

havia poucos e bons estudos sobre o MDB, além de um conjunto muito grande, considerando a juventude do partido, sobre o PT, também de autoria de cientistas sociais; e havia também um elenco de trabalhos sobre o Partido Comunista, o PC ou “partidão”, aí sim combinando historiadores e cientistas sociais. Não havia nada sobre a Arena.

A simples enumeração desses estudos evidencia uma concentração deles no sistema partidário do pós-1945, o que é absolutamente justificável pelo fato de serem nossos primeiros partidos de massa, atuantes em uma experiência de eleitoralização da política. A outra ênfase está nos trabalhos com os partidos considerados de esquerda: o novo PT e o antigo PC. O estudo de um partido recente como a Arena e, ainda mais, de “direita” como ele era, impunha praticamente a superação de uma dupla interdição à pesquisa histórica. A esta questão, somava-se algo tão forte como impalpável, que os cientistas sociais já haviam descoberto e difundido: um *bias* antipartidário de nossa cultura política, muito atuante e nada ingênuo, que chegava às pesquisas acadêmicas. Quero dizer com isso, que o senso comum e em boa parte o senso incomum tendem a considerar as instituições representativas brasileiras, em especial os partidos políticos, algo pouco importante para um sistema democrático, por combinações de razões que agregam à impostura e corrupção dos representantes, sua baixa produtividade, alto custo e pequena relevância e confiabilidade. Tudo em doses muito bem fundamentadas em exemplos que partidos e representantes, infelizmente para a democracia, não cessam de alimentar, agora ao vivo e em cores, inclusive em canais de TV que eles mesmos criaram para se legitimar, como a TV Senado (escrevo em plena crise do Senado, cheio de atos secretos, etc, e que envolve diretamente o doador do arquivo da Arena).

É bem verdade que, se esse perigoso *bias* de nossa cultura política não se enfraqueceu muito, mudaram bastante, a partir dos anos 1990, nos quais Lucia desenvolveu sua tese, as relações que a sociedade brasileira construiu com a memória do regime instalado em 1964. Nesse sentido, se durante o processo de redemocratização tal regime é rememorado como “militar”, querendo isso dizer que a sociedade e as lideranças políticas civis nele não se envolveram e a ele se opuseram, nos anos 1990 tal construção não é mais tão fácil de ser sustentada e acreditada, ficando cada vez mais evidente o diferenciado envolvimento que diferentes lideranças (religiosas, políticas, etc) e segmentos da sociedade civil deram à instalação e endurecimento do referido regime, que passa a ser nomeado como militar

e também civil. A Arena, evidentemente, é parte central tanto dessa primeira história, que começa nos anos 1960, como dessa segunda história, a da memória do regime (e portanto, da própria Arena), que começa mais claramente nos anos 1980, com o fim do bipartidarismo. Em ambas as dimensões, este livro se aplica, evidenciando a complexidade e riqueza de uma boa história política institucional, que não se desliga dos indivíduos que a vivenciaram, quer dizer, das venturas e desventuras de muitos dos grandes nomes da política do país até 1964.

Além disso, os anos 1990 conheciam a Constituição de 1988, assim como uma revalorização das práticas eleitorais e do voto, em especial, dando ao estudo de partidos políticos um outro pano de fundo. A questão do autoritarismo, chave desde os anos 1970, estimulou os cientistas sociais e os historiadores a se voltarem mais uma vez para o campo da política formal e, nele, para a “direita” do espectro político de nossa sociedade. Dessa forma, cresceram as pesquisas que elegeram os pensadores autoritários como tema, bem como associações e instituições de “direita”, nas quais os partidos se encontravam. Paradoxalmente, talvez, quando a dicotomia esquerda/direita perde seu poder como taxonomia política, aumenta o interesse acadêmico, ao menos no Brasil, pelo importante papel que “as direitas” tiveram no país, ficando claro a necessidade de pesquisas. Diminuiu assim, sensivelmente, por exemplo, a confusão entre a posição política do objeto de estudo (como se isso fosse possível) e a posição política do pesquisador, o que pode parecer cômico, mas fica mais para o trágico, já que era frequente que se imaginasse que quem estudava algo “reacionário” só pudesse ser “reacionário” também. Ao menos disso, acredito, Lucia esteve livre. Mas sofreu bastante com sua escolha e, para minha tranquilidade, foi avisada previamente que isso iria acontecer.

De toda forma, resistiu heroicamente, mas teve lá seus momentos de baque. Eu é que não resisto a me lembrar de um deles, por ela narrado no auge das investigações. Dizia-me que ao contar a outros pós-graduandos amigos que estudava a Arena, era saudada com um muito legal, etc.: “– Você estuda o Teatro de Arena, que interessante.” Contudo, quando explicava que estudava a Arena, o partido político, não havia mais continuidade no papo ou então ele se encerrava com boas gozações ou um breve “lamento muito”. Portanto, não foi fácil para ela e para mim, que permaneci sustentando a relevância e originalidade da pesquisa, que, aliás, está de pé até o momento de sua publicação, que tardou, mas não falhou.

O “caso” narrado, que tem tons de anedota, não entra de graça neste prefácio. Ele quer destacar como, mesmo entre o senso “incomum” dos iniciados no ramo, era sólida uma forma de representação da Arena que conformava, de maneira acentuada, os traços mais malignos, digamos assim, dos partidos políticos, considerando-se a tradição de nossa cultura política antipartidária. Apreendido como um todo, durante todo o período de sua existência, a Arena ou o “maior partido do mundo”, como debochadamente podia ser chamado, era rebaixado ao “partido do sim senhor”, reunião simplista de covardes e adeptos do autoritarismo. Ou, melhor ainda, já fazendo a ponte entre história e memória, a Arena era, na magistral fórmula do jornalista político Villas-Bôas Corrêa, “a filha da UDN que caiu na zona”.

Justamente porque estávamos atentas à solidez dessa representação, naquele momento, o debate sobre a memória da Arena foi um ponto de partida estimulante para a construção da tese. Ela desejou e creio que cumpriu trabalhar com a instituição e seus integrantes, de forma claramente processual, analisando as diversas conjunturas que atravessam sua existência. Trabalhar, portanto, com o tempo, o tempo mais curto dos eventos políticos, periodizando: construindo momentos, preenchidos de significados, que montassem a história de um partido, como qualquer outro partido político, em suas relações com o Estado e também, embora menos, com o MDB. Como diz o ditado, quem procura acha e Lucia encontrou/construiu o perfil de uma organização mais heterogênea e cheia de conflitos do que se imaginaria. Fazendo isso, desnaturalizou o “bode expiatório” em que a Arena se transformou para a sociedade brasileira, destacando os vínculos entre a política do pré e do pós 1964; entre militares e civis no campo da política, durante o regime militar e civil; entre o campo da política formal e o da sociedade mais ampla.

O arquivo doado ao Cpdoc foi fundamental, mas jornais, entrevistas e as chamadas fontes oficiais – os Anais da Câmara e do Senado – também o foram. Nos jornais, as charges mostraram toda a potencialidade da pesquisa histórica com imagens e com o humor, trincheira de resistência poderosa, sobretudo em momentos de repressão violenta. Momentos em que os constrangimentos à ação humana aumentam, mas que não retiram dos indivíduos, no caso dos políticos profissionais, margens de escolha. É isso que faz da história uma História que vale a pena ser narrada: ela é, para o bem e para o mal, sempre um produto da ação humana. A leitura deste livro, desde a escolha do tema até a da abordagem, é exemplar do

que se está destacando. Por fim, o arquivo da Arena continua no Cpdoc, arrumadinho como sempre, aberto à consulta como sempre, mas pouco visitado, espero que não para sempre.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 2009

Ângela de Castro Gomes

Professora titular de História do Brasil
da Universidade Federal Fluminense (UFF);
professora e pesquisadora do Cpdoc da Fundação Getúlio Vargas